e 39, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$15.252.047,21 (quinze milhões, duzentos e cinqüenta e dois mil, quarenta e sete reais e vinte um centavos) com as recomendações sugeridas pelo Departamento de Controle Externo desta Corte, e dar quitação as responsáveis.

ACÓRDÃO Nº. 49.108

Processo nº. 2007/50314-1

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 132/2006 firmado entre o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SOCIAL DA AMAZÔNIA e a ASIPAG.

Responsável: Sr. JACOB ORENGEL, Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), com isenção de multa regimental em face a aplicação do Prejulgado nº 14, e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 49.109

Processo nº. 2006/52861-3

Assunto: Prestação de Contas relativo ao Convênio nº. 281/2006, firmado entre a FUNDAÇÃO PESTALOZZI DO PARÁ e a SESP.

Responsável: Sra. MARIA IERECÊ SANTIAGO MENDES, Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº.49.110

Processo nº. 2007/50985-1

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 120/2006, firmado entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM e a SAGRI.

Responsável: Sra. MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e 39 da lei complementar nº.12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 49.111

Processo nº. 2009/50196-3

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 027/2006 e termos aditivos, firmados entre o INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA e a FUNCAP.

Responsável: Sr. AIRES PAESI – Presidente à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e 39 da lei complementar nº.12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 4.933.173,90 (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e setenta e três reais e noventa centavos) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 49.112

Processo nº. 2009/52710-7

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 172/2008 firmado entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOÃO DE PIRABAS e a SAGRI.

Responsável: Sra. NELLY RIBEIRO SENA - Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 3.756,00 (três mil, setecentos e cinqüenta e seis reais), e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº 49.113

Processo nº. 2009/53853-3

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 196/2008, celebrado entre a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MICROS PRODUTORES RURAIS DO PANELA - IRITUIA e a SAGRI.

Responsável: Sr. ZEZINHO DOS SANTOS GONZAGA – Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 49.114

Processo nº. 2010/51854-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 099/2010 firmado entre a ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS PESCADORES, CARANGUEJEIROS E MARISQUEIROS DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA e a SECULT.

Responsável: Sr. ARIOSVALDO FERNANDES DA CUNHA, Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 39 da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 49.115

Processo nº. 2010/52460-5

Assunto: Recurso Contra Ato da Presidência

Recorrente: Sr. ANTÔNIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO – Ex-Prefeito do Município de Marituba.

Recorrido: Despacho da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, às fls. 15 do Processo nº. 2010/51784-7.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12/1993, conhecer do Recurso contra o Ato da Presidência, interposto pelo Sr. Antônio Armando Amaral de Castro – ex-Prefeito do Município de Marituba, mas negar-lhe provimento e conservar os termos do despacho da Presidência que recebeu como Recurso de Revisão o recurso de reconsideração impetrado pelo recorrente.

Nos termos que lhe faculta o Caput do art. 35 do RITCEPA, a Exma. Sra. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, presente à sessão, declarou-se impedida de votar neste julgamento.

ACÓRDÃO Nº. 49.116

Processo nº. 2010/52473-0

Assunto: Recurso Contra Ato da Presidência

Recorrente: Sr. ANTÔNIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO – Ex-Prefeito do Município de Marituba.

Recorrido: Despacho da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, às fls. 17 do Processo nº. 2010/51753-0.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12/1993, conhecer do Recurso contra o Ato da Presidência, interposto pelo Sr. Antônio Armando Amaral de Castro – ex-Prefeito do Município de Marituba, mas negar-lhe provimento e conservar os termos do despacho da Presidência que recebeu como Recurso de Revisão o recurso de reconsideração impetrado pelo recorrente.

Nos termos que lhe faculta o Caput do art. 35 do RITCEPA, a Exma. Sra. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, presente à sessão, declarou-se impedida de votar neste julgamento.

ACÓRDÃO Nº. 49.117

Processo nº. 2010/52474-0

Assunto: Recurso Contra Ato da Presidência

Recorrente: Sr. ANTÔNIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO – Ex-Prefeito do Município de Marituba.

Recorrido: Despacho da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, às fls. 16 do Processo nº. 2010/51765-4.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12/1993, conhecer do Recurso contra o Ato da Presidência, interposto pelo Sr. Antônio Armando Amaral de Castro – ex-Prefeito do Município de Marituba, mas negar-lhe provimento e conservar os termos do despacho da Presidência que recebeu como Recurso de Revisão o recurso de

reconsideração impetrado pelo recorrente.

Nos termos que lhe faculta o Caput do art. 35 do RITCEPA, a Exma. Sra. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, presente à sessão, declarou-se impedida de votar neste julgamento.

ACÓRDÃO Nº. 49.118

Processo nº. 2010/52479-5

Assunto: Recurso Contra Ato da Presidência

Recorrente: Sr. ANTÔNIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO – Ex-Prefeito do Município de Marituba.

Recorrido: Despacho da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, às fls. 17 do Processo nº. 2010/51745-0.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12/1993, conhecer do Recurso contra o Ato da Presidência, interposto pelo Sr. Antônio Armando Amaral de Castro – ex-Prefeito do Município de Marituba, mas negar-lhe provimento e conservar os termos do despacho da Presidência que recebeu como Recurso de Revisão o recurso de reconsideração impetrado pelo recorrente.

Nos termos que lhe faculta o Caput do art. 35 do RITCEPA, a Exma. Sra. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, presente à sessão, declarou-se impedida de votar neste julgamento.

ACÓRDÃO Nº. 49.119

Processo nº. 2010/52480-9

Assunto: Recurso Contra Ato da Presidência

Recorrente: Sr. ANTÔNIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO – Ex-Prefeito do Município de Marituba.

Recorrido: Despacho da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, às fls. 17 do Processo nº. 2010/51746-1.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12/1993, conhecer do Recurso contra o Ato da Presidência, interposto pelo Sr. Antônio Armando Amaral de Castro – ex-Prefeito do Município de Marituba, mas negar-lhe provimento e conservar os termos do despacho da Presidência que recebeu como Recurso de Revisão o recurso de reconsideração impetrado pelo recorrente.

Nos termos que lhe faculta o Caput do art. 35 do RITCEPA, a Exma. Sra. Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, presente à sessão, declarou-se impedida de votar neste julgamento.

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RESULTADO DE LICITAÇÃO - JULGAMENTO DE PROPOSTA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 243724

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, através da Comissão Especial de Licitação, comunica aos interessados o resultado da sessão de julgamento das propostas financeira, referente a CONCORRÊNCIA Nº 001/2011, que tem como objeto contratação de empresa para contratação de empresa(s) para execução de obras de engenharia.

Lote I: – Construção do prédio da nova Sede das Promotorias de Justiça de Icoaraci (PA);

Lote II – Construção de Muro da Promotoria de Justiça em São Felix do Xingú, PA;

Lote III – Reforma do prédio da Avenida Tamandaré;

Lote IV – Construção do prédio das Promotorias de Justiça de Marituba (Belém-PA);

Lote V – Reforma do Prédio das Promotorias Criminais.

1) DESCLASSIFICAR no Lote I as propostas apresentadas pelas empresas CAP ENGENHARIA LTDA e SENENGE ENGENHARIA LTDA por apresentaram preços unitários superiores ao apresentado pelo Ministério Público do Estado do Pará, contrário ao critério de aceitabilidade item 10.1 do edital, nos seguintes itens da planilha orçamentária: CAP ENGENHARIA LTDA (item 18.2) e SENENGE ENGENHARIA LTDA (itens 01.06,